

Governadores querem limitar poder dos juízes

Os governadores querem que o Congresso obrigue o Poder Judiciário a suspender, até 31 de dezembro de 1998, a concessão de medidas liminares em mandatos de segurança e cautelares que impliquem a utilização de recursos orçamentários dos estados e municípios. A proposta, que se aprovada pode abrir um novo flanco de atrito

entre os poderes, está contida em projeto de lei do pacote de medidas entregues ontem ao presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), pelos governadores do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), e de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB).

Numa proposta de emenda constitucional, os governadores pedem que seja atribuída ao plenário dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as causas, inclusive medidas liminares e cautelares, que afetem financeiramente os órgãos do Legislativo, do Judiciário e do Executivo.

O objetivo da emenda é acabar com o que o governador Suruagy chamou de "a monocracia dos juízes". "Atualmente, um juiz possui, isoladamente, um poder imenso e suas decisões podem prejudicar toda a coletividade", disse Suruagy, afirmando que poucos estados podem pagar as dívidas atuais com precatórios.

A proposta provocou reação imediata no Supremo Tribunal Federal (STF). Ouvido pelo Estado, o presidente do STF, Sepúlveda Pertence, acusou os governadores de promoverem um retorno ao absolutismo dos atos institucionais.